

O SURGIMENTO DA CRIANÇA E A PRODUÇÃO DO SENTIMENTO DE INFÂNCIA

STÉFANI DA SILVA KORB¹;
MARA REJANE VIEIRA OSÓRIO²

¹*Universidade Federal de Pelotas – stefanikorb96@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – mareos@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Este estudo é um desdobramento da pesquisa de doutorado em andamento “Nos cotidianos dos berçários das escolas de educação infantil do município de Ijuí: Docentes, discursos e a produção de currículos” que tem como objetivo compreender como as docentes que atuam em turmas de berçário de escolas municipais de educação infantil se produzem e tem produzido currículos com bebês. Este estudo está inserido na linha: Currículo, Profissionalização e Trabalho Docente do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. O projeto conta com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em nível Superior – CAPES, sob o código de financiamento 001.

O objetivo aqui é problematizar como o sujeito criança, foco do trabalho docente, e a concepção de infância são produzidas no bojo da biopolítica, ou seja, nesta forma específica de poder cujo objetivo é centrar-se no governo da vida das pessoas, e, consequentemente das crianças para, em seguida, refletir sobre o tipo de criança que se busca produzir na atualidade. Esta criança contemporânea é vista como foco de investimentos, visando sua transformação em um empreendedor de sucesso. As argumentações apresentadas foram inspiradas nos estudos pós-estruturalistas com inspiração Foucaultiana/ cunho Foucaultiano, em diálogo com as pesquisas sobre a infância de Ariès (1986). Esta revisão contribui para a pesquisa em andamento no sentido de pensar a escola e o trabalho educativo que os docentes desenvolvem com as crianças enquanto, aparelhos e tecnologias da governamentalidade, que busca em diferentes momentos produzir determinados tipos de criança para determinada sociedade.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para produção deste trabalho se constitui como revisão de literatura e buscou, dentro deste campo de estudos, autores e obras que tratam sobre concepções de crianças e infâncias.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em “História Social da Criança e da Família” (1986) Philippe Ariès mostra como a ideia de um novo sujeito com especificidades próprias e de um novo momento na vida humana, vão sendo produzidas social, culturalmente e, também, no interior das unidades familiares. Trata-se da produção do sujeito criança e do período de vida que compreendemos como infância. Conforme o autor na Idade Média o sujeito criança não existia, o que havia era um ser incapaz de sobreviver por conta própria, um elemento vivo dependente de outro, que poderia facilmente deixar de existir se sua permanência não fosse garantida por um adulto responsável. Caso essa sobrevivência se mostrasse insuficiente e esse ser viesse a falecer, sua presença era

em pouco tempo substituída por outra, o que não significa que as crianças eram abandonadas, negligenciadas ou largadas a própria sorte, apenas que não se nutria afeto por estes seres.

Foi somente no século XVI que ocorreu uma ruptura, um marco que Ariès (1986) denominou como o surgimento do “sentimento de infância”. A partir deste sentimento a noção de criança passa a se tornar uma questão importante em termos culturais, sociais e políticos. No mesmo período, emergem também a produção de uma série de técnicas de poder com o objetivo de centrar-se nas pessoas, na administração de suas vidas, tendo a população como foco, Foucault (1979) aponta para o surgimento de uma série de aparatos, dispositivos, tecnologias, e principalmente modos de governar esses sujeitos. Esse novo poder denominado pelo autor como biopoder, busca a “[...] assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico, ou pelo menos uma inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico”. FOUCAULT (1976, p.285-286). Trata-se da produção de um poder específico que busca se ocupar em garantir a vida desses sujeitos, lançando mão para tanto, de uma série de estratégias estatísticas tais como: controle de natalidade, doenças, óbitos etc. e fazendo surgir uma série de tecnologias de saber como a medicina por exemplo, a fim de tratar, prevenir, e orientar a população. (FOUCAULT, 1979, p. 291).

Não é de se estranhar, portanto, que seja justamente nesse período que uma parcela da população que até então era indiferente à grande massa dos adultos, possa encontrar espaço para se estabelecer no conjunto da população, mais do que isso, é possível dizer que a biopolítica imbuída de ocupar-se da vida, em fazer viver, ocupou-se também das crianças, produzindo o que Corazza (2004) chama de ‘dispositivo de infantilidade’, um poder que age não apenas sobre a criança, mas também sobre os adultos fazendo despertar a preocupação, apego, encantamento para com as crianças, o que propicia a produção das crianças enquanto sujeitos, e a compreensão de infância enquanto etapa distinta da adultez ou velhice.

Além disso, a biopolítica vai se preocupar também em não apenas oferecer assistência, mas em pensar no como se vive, em buscar potencializar a vida da melhor maneira possível, fazendo com que estes sujeitos vivam de determinadas formas, prescrevendo, assim, uma série de práticas e saberes, a fim de orientar os adultos sobre como devem estabelecer uma relação com as crianças, como devem cuidá-las, alimentá-las, higienizá-las, estimulá-las, em suma modos de como devem ser tratadas, educadas, e de como é possível governá-las, trazendo-as para a norma, ou moralizando-as (ARIÉS, 1986). Como argumentam Costa; Kuhn e Ilha (2019) é na modernidade que a criança passa a ter evidência, todavia é na modernidade também que ocorre um sufocamento destes sujeitos, pois, se antes embora invisibilizados tivessem maior liberdade, agora passam a ter suas condutas moldadas e reguladas por adultos que se responsabilizam pelas suas existências.

Na atualidade, com a governamentalidade neoliberal entendida aqui como racionalidade, “[...] modo de vida, como ethos, como maneira de ser e de estar no mundo” (VEIGA NETO, 2011, p.38) temos vivenciado uma série de transformações que orientadas pelos princípios de competição e concorrência tem modificado gradativamente as relações sociais, culturais e também educacionais. Neste contexto o tipo de criança que se espera, ou que busca-se formar para essa sociedade também se modifica.

Conforme Dora Lilia Marin Díaz (2010), a criança deste tempo é produzida como sujeito que possui uma certa natureza intrínseca e, ao mesmo tempo, uma

imaturidade, necessitando da orientação do outro para se desenvolver. A imaturidade, nesse sentido, é criada como condição para justificar a necessidade de educá-la. Todavia, a educação ou o governo da conduta ao qual a criança necessita ser submetida hoje, deve reconhecer os interesses naturais da criança e orientá-los, direcioná-los conforme os interesses da governamentalidade neoliberal, como salienta DÍAZ (2010, p.106) “[...] trata-se de saber como dizer “sim”, como deixar agir o desejo individual, como estimular a vontade e orientar o desejo individual para constituir-se nos interesses próprios e da população”.

Através da regulação dos desejos, busca-se assim formar crianças livres, capazes de autogovernarem a si próprios e empreenderem seus interesses. Sujeitos que são individualizados, mas ao mesmo tempo fazem parte de uma coletividade social, a população. De acordo com GADELHA (2010, p.130): “[...] o indivíduo foi produzido como sujeito de um Eu, de uma identidade, cada vez mais psicologizados, mas também como sujeito de direitos; no que seria sua versão contemporânea, entretanto ele se vê transmutado num indivíduo micro –empresa”.

Nessa busca por tornar-se um empreendedor de sucesso, quanto mais antecipadamente o indivíduo começar a investir na sua preparação, ou na preparação dos filhos melhor, pois, o mesmo terá que competir e concorrer com outros sujeitos que também estão nessa corrida por se tornarem sujeitos de sucesso. Para isso, vale tudo para tornar-se diferente dos outros candidatos, desde cursos e aulas de idiomas no maternal, dança, esportes, robótica, tecnologias, até as formações técnicas profissionais no ensino médio.

4. CONCLUSÕES

Importa aqui dizer que a criança e a infância não existiram desde sempre. Elas foram fabricadas, forjadas dentro das transformações nas artes de governar. A intenção era garantir que todo o conjunto da população fosse governado, e a criança fosse produzida conforme os imperativos da época. Isto é, eram vistos como sujeitos que deveriam ser inseridos dentro dessa coletividade social, e para tanto deveriam ser orientados, educados com vistas a torná-los adultos administráveis para esta sociedade. Na atualidade, a criança ainda deve ser administrada, todavia na governamentalidade neoliberal esta administração ganha outros contornos, é necessário investir nas crianças desde cedo para que possam tornar-se adultos de sucesso. No bojo dessas relações, torna-se essencial compreender portanto, como os professores estão atuando frente essas demandas da governamentalidade neoliberal. Quais impactos e transformações estão sendo desencadeadas na produção de currículos e no processo educativo de crianças pequenas e bebês?

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2^aed, 1986.

CORAZZA, S.M. **História da Infância Sem Fim**. Ijuí: Unijuí, 2^aed, 2004.

COSTA, A.R. KUHN, R. ILHA, F.R.S. **O Governo dos Corpos e a Regulação das Liberdades Infantis**. Movimento, Porto Alegre, vol. 25. 2019. Online. Acessado em

23 jul. 2023. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/93493/55148>

DÍAZ, D.L.M. Interesse Infantil e Governo Educativo das Crianças. In: KOHAN, W.O. **Devir-Criança da Filosofia: Infância da Educação**. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2010, p. 97-109.

GADELHA, S. Governamentalidade Neoliberal e a Instituição de uma Infância Empreendedora. In: KOHAN, W.O. **Devir-Criança da Filosofia: Infância da Educação**. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2010, p.123 – 141.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade: Aula de 17 de março de 1976**. In: FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.285-315.

_____Aula de 7 de março de 1979. In: FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica** (1978 – 1979). Martins Fontes, São Paulo: Martins Fontes, 2008, p.257-297.

NETO, A.V. Governamentalidade, Neoliberalismo e Educação. In: BRANCO, G.C. NETO, A.V. **Foucault: Filosofia & política** (Coleção Estudos Foucaultianos). Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2011, p.16-23.